

R

# RELATÓRIO E CONTAS 2016

FPP - Federação Portuguesa de Padel

---

ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS  
CONTRIBUINTE N.º 510.234.640  
COM SEDE EM RUA BERNARDO LIMA N.º 35 – 1.º D, 1150-075 LISBOA  
COM O CAE N.º 93191  
COM A ACTIVIDADE DE ORGANISMOS REGULADORES DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE .....</b>	<b>2</b>
<b>RELATÓRIO DA DIREÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1. <b>ÁREA DESPORTIVA .....</b>	<b>5</b>
2. <b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>7</b>
3. <b>CLUBES E EMPRESAS .....</b>	<b>8</b>
4. <b>ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>8</b>
5. <b>SUBSÍDIOS, PATROCÍNIOS E FOMENTO .....</b>	<b>9</b>
6. <b>FILIAÇÕES .....</b>	<b>10</b>
7. <b>RESUMO .....</b>	<b>10</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016 .....</b>	<b>11</b>
<b>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .....</b>	<b>12</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .....</b>	<b>13</b>
1. <b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....</b>	<b>13</b>
2. <b>REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>13</b>
3. <b>PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES .....</b>	<b>13</b>
4. <b>VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS .....</b>	<b>17</b>
5. <b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
6. <b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....</b>	<b>19</b>
7. <b>GASTOS COM O PESSOAL .....</b>	<b>19</b>
8. <b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....</b>	<b>20</b>
9. <b>OUTROS GASTOS E PERDAS .....</b>	<b>20</b>
10. <b>GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
11. <b>ATIVO FIXO TANGÍVEL .....</b>	<b>20</b>
12. <b>ATIVOS INTANGÍVEIS .....</b>	<b>21</b>
13. <b>OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....</b>	<b>21</b>
14. <b>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....</b>	<b>21</b>
15. <b>FILIADOS .....</b>	<b>24</b>
16. <b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>24</b>
17. <b>OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR .....</b>	<b>25</b>
18. <b>DIFERIMENTOS .....</b>	<b>25</b>
19. <b>CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS .....</b>	<b>25</b>
20. <b>FORNECEDORES .....</b>	<b>26</b>
21. <b>DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO .....</b>	<b>26</b>

## RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Com referência a 31 Dezembro de 2016

### Introdução

2016 foi um grande ano para a Federação Portuguesa de Padel, e para a sua consagração como modalidade de Utilidade Pública e posterior Utilidade Pública Desportiva. Em Agosto a FPP viu-lhe ser atribuído o Estatuto de Utilidade Pública, pela Presidência do Conselho de Ministros, e conseguiu posteriormente, depois de muito trabalho em conjunto com as entidades governamentais do pelouro, ficar com a promessa que no início de 2017 lhe seria atribuída a UPD, uma vez que cumpria com todos os requisitos legais para o efeito. Depois de anos de duras e longas batalhas, contra as forças da oposição perseverante, chegamos assim ao fim de um ciclo que se iniciou há 4 anos e vê agora cumprido aquele que era o seu principal objectivo.

As eleições para delegados e clubes voltaram a realizar-se, dando assim cumprimento ao processo democrático, e no fim do ano já houve eleições para um novo mandato de 4 anos, que acompanhará o ciclo olímpico, de onde saiu uma direcção recovada mas na sua essência de continuidade de um projecto que pode agora dar os primeiros passos com a legitimidade e apoio governamental. Pela primeira vez houve duas listas as todos os órgãos e apesar de um período de campanha aguerrida, mas salutar, nunca houve desvios do processo democrático. As listas foram encabeçadas pelos candidatos a presidente num processo entre ambos sempre em tom cordial e respeitoso onde foi notório o respeito mútuo assim que o processo chegou ao fim. Parabéns à Federação Portuguesa de Padel e a todos os intervenientes, também por isso.

Os processos de formação de Juiz-Árbitros e de Treinadores foram sendo continuados, com a entrada de dezenas de novos treinadores e Árbitros que em muito vieram fazer face às necessidades dado o crescimento de clubes e torneios por todo o país.

Em matéria de Selecções destacou-se a grande subida de alguns atletas masculinos e Femininos nos rankings internacionais, e a subida de nível generalizada em provas nacionais, bem como o crescente numero que participações em nível 1.

No padel social, Nível 2, 3 e 4 o numero de filiados cresceu muito e o numero de inscritos nas provas quase duplicou. Houve uma prova com 296 pares inscritos, e a media de inscrições por prova cifrou-se nas 106 duplas.

A pista desmontável continuou a percorrer o país, fomentando o padel por várias capitais de distrito da Portugal, e nos torneios que assim o requisitaram, tendo sido a GreenPark o grande aliado da FP neste projecto que já tantos novos jogadores trouxe à família do padel.

O circuito nacional passou de 27 provas para 39 com uma cobertura verdadeiramente nacional e com alguns clubes a não poderem organizar provas por não lhes ser permitido dado o regulamento em vigor na altura. O seja, sabemos que para o ano haverá alterações de regulamentos de forma a deixar crescer os torneios, sempre numa óptica de que o padel é para todos, mesmo para os clubes mais pequenos que também têm o direito de organizar manifestações desportivas e viver a festa do padel.

Tivemos um Masters de grande nível, desta vez já com jovens também, uma final da Liga de Clubes com um numero record de inscritos. Este um projecto certamente para continuar e que para o ano já estará presente em quase todas as regiões do país.

No que toca ao Padel Juvenil o circuito teve 8 provas e culminou no já referido Mastes. Continuou a realizar-se clinicas de iniciação em alguns torneios bem como em eventos desportivos, e os Summer Camps foram uma constante, sempre com o objectivo de divulgar o Padel junto das camadas mais jovens.

O projeto Team FPP manteve-se com 4 jogadores a jogarem o Circuito Mundial Profissional (WPT) em Full-time e com a Federação a manter o seu estatuto de representante português junto desta organização. Terminámos o ano com o nosso melhor jogador masculino em 64 do mundo, e com outro a 87 e outro a 94. Conseguimos colocar 3 atletas masculinos dentro do Top100 Mundial, o que consagrou mais um dos objectivos que tínhamos traçado. Terminámos o com a melhor atleta feminina em 24 do mundo no WPT e não houve ainda

entrada de mais atletas femininas no top100 do mundo, apesar de em 2016 termos lançado o programa Team FPP Feminino pela primeira vez, com bastante sucesso. Notou-se ua subida considerável no padel feminino em Portugal.

Notou-se um incremento grande de posts e notícias nos media sobre o Team FPP, o que é mais um passo no fomento da modalidade por todo o país e além fronteiras.

Realizaram-se 2 encontros com Seleções Internacionais (Extremadura e Bilbao) e contrariando a anterior tendência, estes foram muito equilibrados tanto em Masculinos como em Femininos, e desta vez vencemos em masculinos.

Organizámos uma prova do WPT em Lisboa, que foi um tremendo sucesso a todos os níveis, chegando o Facebook da prova aos 400.000 hits de pessoas diferentes em 5 dias – um registo de que o padel cresce a olhos vistos no nosso país. Tivemos o orgulho de assistir a história nessa mesma prova, quando Diogo Rocha/João Bastos conseguiram pela primeira vez entrar num quadro do circuito mundial de padel. Não só entraram como ainda ganharam uma ronda e os elogios ao padel nacional vieram de todos os cantos do mundo.

No fim do ano organizámos um mundial de grande nível em parceria com o Promotor João Lagos, que mais uma vez montou um evento de categoria internacional, tendo sido classificado por muitos como o melhor mundial de sempre. Com um grande azar no sorteio ficámos no grupo da morte em Masculinos e não conseguimos passar nos 2 primeiros lugares o que nos atirou para o quadro B onde só era possível jogar para o 9º lugar – e depois de 3 encontros com 3 países diferentes foi isso mesmo que aconteceu em masculinos. Em Femininos a esperança também era grande, mas de novo o azar no sorteio foi grande e cruzamos com a Espanha nos 1/4os de final e depois de perder ficámos a jogar pelo 5º lugar. Depois de 2 encontros vencidos conquistámos o 5 lugar. Portugal é melhor que 5º e 9º em Masculinos e femininos e certamente no próximo mundial obteremos melhores resultados.

O Site da FPP sofreu mais alterações e a meio o informático deixou de nos fornecer serviços e desapareceu completamente. Tivemos um período de grandes dificuldades e agora finalmente estamos a retomar o caminho e a resolver os problemas que acumularam ao longo do ano.

2017 será um ano de importância vital em que estaremos concentrados na obtenção da Utilidade Publica Desportiva para o Padel, agora que já cumprimos todos os requisitos legais.

## 1. Área Desportiva

### 1.1. Provas Nacionais

#### 1.1.1. Circuito FPP

O Circuito FPP 2016 teve um crescimento em número de provas e de participantes. Jogaram-se 39 provas Open mais um Masters no final do ano que coroou os 16 melhores de cada categoria, e passaram pelo circuito mais de 7.000 jogadores. O Circuito teve expressão Nacional com a maioria das provas em Lisboa, mas com um crescimento acentuado no Norte onde se realizaram já 10 provas, bem como em Évora, Sintra, Aveiro, Leiria, Setúbal, Coimbra, etc. O Padel cresceu não só em participantes e provas, mas também no nível apresentado pelos jogadores. Apesar de tudo e apesar de socialmente as praticantes senhoras serem quase tão numerosas quanto os homens, nas provas continua a verificar-se um maior número de inscrições masculinas.

#### 1.1.2. Campeonato Nacional de Padel

O Campeonato Nacional este ano teve a participação de 296 duplas, um record absoluto. Durante 4 dias disputaram-se as categorias de: Masculinos 1, 2 e 3, Femininos 1, 2, e 3, Mistos 1, 2 e 3, Veteranos +35 e +45, Sub12, Sub14, Sub16 e Sub18. Realizou-se nos clubes do Top-Padel e foi a maior prova jamais realizada em Portugal. Felicitações ao Top-Padel que organizou o torneio que viria a vencer o prémio de melhor do ano no jantar dos melhores do ano em Dezembro.

#### 1.1.3. Liga de Clubes

A liga de Clubes cresceu e realizou-se em pais regiões do país. Contou com cerca de 65 equipas inscritas. Verificou-se uma boa adesão dos clubes à Liga que foi disputada em duas fases e durou praticamente todo o ano. Passaram na Liga mais de 600 jogadores que semanalmente representaram os seus clubes nas diversas categorias. Estas foram: Masc 2 e 3, Fem 2 e 3, e Veteranos +45.

#### 1.1.4. Campeonato de Clubes

O Campeonato de Clubes foi mais uma vez um sucesso e durante os 4 dias em que se realizou inscreveu mais de 450 jogadores e foi disputado nas categorias: Absoluto, Masc 2 e 3, Fem 2 e 3.

## 1.2. Seleções Nacionais

### 1.2.1. *Selecionador Nacional*

A FPP renovou o contrato com Juan M Rodriguez que aparte do seu brilhante CV e das suas capacidades técnicas, tem o perfil que consideramos adequado para desenvolver as camadas jovens, e as seleções femininas e masculinas. Em 2016 notou-se uma considerável melhoria na relação entre o Selecionador e as Seleções que o consideraram um treinador de grande qualidade. Ficámos muito contentes com o seu desempenho e conseguimos que cada vez que se deslocou a Portugal, fosse enquadrado noutras atividades de forma a que não aumentasse os encargos para a FPP.

### 1.2.2. *Estágios*

Voltaram a ser realizados estágios com as equipas nacionais, este ano mais consolidado pois foi um trabalho de continuidade. Realizaram-se 4 estágios. Foram sempre convocados cerca de 12 jogadores Femininos e Masculinos, e os estágios decorreram nas mesmas datas embora as seleções masculinas e femininas trabalhassem em horários alternados.

### 1.2.3. *Encontros Internacionais*

Foram realizados encontros internacionais com a Extremadura (Masc e Fem) e Jolaseta (Masc). Os resultados foram bastante positivos o que nos leva a querer aumentar o número destes encontros com seleções de nível. Este é um formato que pretendemos manter pois é uma boa forma de dar experiencia internacional aos nossos jogadores.

### 1.2.4. *Team FPP*

Manteve-se o Programa Team FPP para os Jogadores masculinos, e iniciou-se o Team FPP Feminino. sendo que apenas. Cremos que foi uma aposta ganha pois os nossos jogadores já se batem de igual para igual com alguns jogadores do Top 80 mundial. Conseguimos passar à fase prévia dos torneios do WPT algumas vezes o que é um bom indicador da evolução dos nossos jogadores. Em femininos já tivemos algumas participações no WPT e cremos que lançámos as bases para o que será a afirmação do padel feminino no circuito mundial.

### 1.2.5. *WPT*

O melhor Challenger do circuito do WPT foi em Lisboa. O WPT teceu-nos rasgados elogios à organização e sobretudo ao crescimento de adeptos e do nível jogado. Tivemos dois pares no quadro principal o que foi um record que nos deixou muito orgulhosos do padel português. Depois de um ano sem eventos internacionais de padel (2015) o contracto foi assinado por 3 anos e garante-nos um evento de grande qualidade pelo menos até 2018.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. Formação

#### 2.1.1. *Treinadores*

Voltaram a realizar-se cursos de treinadores dando continuidade ao programa de formação. No entanto tivemos o cuidado de focar o ensino na parte específica uma vez que aguardávamos instruções do IPDJ sobre a forma como se desenrolaria o processo de integração aquando da obtenção de UPD, e a posterior certificação dos cursos por nós organizados.

#### 2.1.2. *Árbitros*

Realizaram-se mais cursos de árbitros durante o ano para fazer face às necessidades a que o aumento de torneios obrigou. Os nossos árbitros Luís Santos e Catarina Carvalho mantiveram o estatuto internacional que já tinham em 2015 e acabaram por arbitrar o Lisboa Challenger deste ano. O trabalho é reconhecido internacionalmente depois de um grande elogio que a FIP fez à nossa arbitragem durante o Mundial de Padel em Novembro passado.

### 2.2. Padel Jovem Escolar

#### 2.2.1. *Torneios Jovens e Escolas*

Realizou-se o circuito juvenil com 6 provas e um Masters no final do ano. Começou a verificar-se um acréscimo no número de participantes, e alguns jogadores a dedicarem-se mais afincadamente ao Padel e a participarem também nos torneios seniores.

#### 2.2.2. *Summer Camps*

Foi dada continuidade à atividade dos Summer camps em alguns clubes pelo país.

#### 2.2.3. *Subsídios Deslocação*

O subsídio de deslocação aos jovens voltou a ser implementado pois acreditamos que este é um bom incentivo para os jovens participarem em provas. Relembramos que os jovens que vivam a mais de 100km do local onde se realizam as provas, têm um subsídio de deslocação de €10, e de refeição de €5 por dia.

### **3. Clubes e Empresas**

Fruto da parceria com a empresa Greenpark pudemos manter a oferta para os clubes que passaram assim a ter ao seu dispor uma pista desmontável para poderem montar nas praças das suas cidades e assim realizar ações de promoção e fomento do Padel junto das suas comunidades. Pensamos ser esta uma iniciativa importantíssima para a divulgação da modalidade em todos os meios. O número de provas do circuito também aumentou e foram realizadas mais reuniões de clubes de modo a que o trabalho possa sempre ser coordenado entre clubes e FPP de modo a que o crescimento da modalidade possa estar ao serviço de todos.

#### **3.1. Clubes**

O número de Clubes aumentou de 43 para 53 em 2016. Estes estão representados por 21 delegados nas assembleias gerais da FPP mas têm tido pouca participação nas decisões do Padel porque os delegados que os representam não têm comparecido com a frequência que seria desejada. É algo a ter em conta para 2017 aquando das eleições de delegados.

#### **3.2. Empresas**

Não se registou um aumento no número de empresas filiadas. Vimos apenas uma das empresas a mudar o seu nome para Padel True Box, e a Lemon Iberia e Lagos Sports a juntar-se à família das empresas que estão devidamente registadas para organizar provas e padel.

### **4. Organizações Internacionais**

#### **4.1. World Padel Tour**

As relações com o WPT não poderiam ser melhores do que foram em 2016. Continuámos a ser o parceiro do WPT em Portugal, e mantivemos o protocolo de que só os jogadores portugueses com ranking Top8 da FPP podem jogar as provas do WPT. Fomos convidados para estar presentes no Masters e muito bem recebidos com esta organização que desde o primeiro dia nos acolheu de braços abertos. As relações com a Estrella Damn também são excelentes. Organizámos uma prova Challenger em 2016, com contrato para mais 2 edições, e a FPP é a entidade que representa o WPT em Portugal.

#### **4.2. Federação Internacional de Padel (FIP)**

Mantivemos a filiação na FIP, e foi-nos dada a oportunidade de organizar um Mundial que acabou por ser um sucesso. Temos trabalhado de perto com a FIP. Em Novembro candidatámo-nos a organizar o Europeu de Equipas de 2017, aquando da participação da FPP pela primeira vez numa assembleia geral da FIP -em que já votámos.



### 4.3. Outras Federações

Mantemos excelentes relações com as Federações Regionais de Espanha, da Extremadura, Madrid, e Galiza, e a nível de países muito boas com o México, Argentina, Áustria, Dubai, Canada e Brasil. Com algumas desenvolvemos alguns protocolos de cooperação e em 2017 continuaremos a desenvolver. A relação com a Federação de Espanha ficou muito melhor depois das eleições em Espanha e da saída do anterior presidente. Portugal e Espanha estarão de braços dados no futuro em todas as questões e decisões sobre padel.

## 5. Subsídios, Patrocínios e Fomento

### 5.1. Subsídios

A FPP não tem quaisquer subsídios do Estado pois não usufruía do estatuto de Utilidade Pública, nem do estatuto de Utilidade Pública Desportiva. Nunca os pôde pedir ao governo pois não estava filiada na Federação Internacional e por isso não reunia os requisitos previstos na lei. Apesar de tudo depois de obter a UP e estando a um passo da obtenção da UPD, vemos com bons olhos 2017 que será o primeiro ano em que poderemos dar um salto grande nos programas apoiados pelo IPDJ.

### 5.2. Patrocínios

A FPP tem sobrevivido com uma gestão empresarial em que se tentou criar um produto que possa angariar patrocínios para o funcionamento da mesma. Com o apoio dos nossos patrocinadores, juntamente com o dos nossos filiados temos conseguido levar o barco a bom porto, e este ano foi mais um exemplo disso. Por este motivo temos de agradecer aos clubes e patrocinadores que nos apoiam, bem como e especialmente a todos os filiados. Com este modelo esperamos ter um 2017 muito positivo.

### 5.3. Fomento

O Padel passou do desporto da moda para um desporto que concorre com todos os outros e cresce a um ritmo alucinante. Apareceu em diversos programas televisivos, chegou a ser capa de algumas revistas e suplementos, foi tema de diversas peças em jornais e revistas, bem como falado em várias rádios nacionais. Tudo isso contribuiu para o fomento da modalidade. Houve algum investimento nas camadas jovens e na formação que permitirá um melhor ensino e proximidade com potenciais jogadores. Fizemos algumas ações de promoção da modalidade, e respondemos a todas as entidades que mostraram interesse na modalidade, ou em desenvolver atividades desta modalidade. Atuámos em proximidade com alguns meios de comunicação e cooperámos com os mesmos para que a modalidade fosse falada. Apoiámos todas as iniciativas que os clubes nos propuseram e atuámos junto de algumas escolas para a promoção da modalidade junto dos jovens.

## 6. Filiações

Houve um grande incremento no número de filiações:

	2016	2015
Jogadores	2980	2248
Treinadores	112	87
Árbitros	40	28
Clubes	53	42

## 7. Resumo

Podemos dizer que 2016 foi um ano muito positivo para o Padel nacional. Durante o ano realizámos muito mais atividades que no ano anterior, e a modalidade e os praticantes assim como os diversos agentes cresceram. Ao nível das relações com outras entidades houve um aumento de contactos e de parcerias, conseguiram-se patrocínios e foi possível fazer uma aposta na juventude e nas nossas seleções. A oferta de campos aumentou bastante e a cobertura do desporto é total tanto ao nível de Portugal Continental como das Ilhas dos Açores e Madeira. O Padel é um desporto verdadeiramente nacional e o Padel português goza de prestígio além-fronteiras. Esperamos que 2017 venha resolver as questões institucionais para que a FPP possa ser mais interventiva, possamos representar com dignidade o país junto da FIP, e obtermos apoios para os diversos agentes junto do Governo.

A Direção



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31.DEZEMBRO.2016

	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	4	208 025	86 810
Subsídios à exploração	5	328	5 577
Fornecimentos e serviços externos	6	(216 211)	(73 429)
Gastos com o pessoal	7	(16 252)	(9 745)
Outros rendimentos e ganhos	8	2 359	-
Outros gastos e perdas	9	(1 222)	(1 279)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(22 973)</b>	<b>7 935</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(5 862)	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(28 834)</b>	<b>7 935</b>
Juros e gastos similares suportados		0	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(28 834)</b>	<b>7 935</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	(1 796)	(386)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(30 630)</b>	<b>7 548</b>

A CONTABILISTA CERTIFICADA

*Núcia Filipa Ferreira Cabrita*

A DIREÇÃO

*R/S*

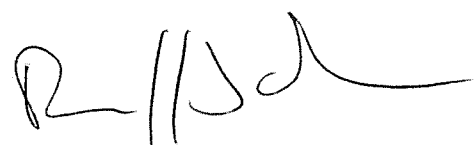
## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Notas	2016	2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	10,11	1 317	-
Activos intangíveis	12	6 900	4 686
Outros investimentos financeiros	13	65	-
		<b>8 282</b>	<b>4 686</b>
<b>Activo corrente</b>			
Filiados	15	3 064	12 253
Adiantamentos a fornecedores		-	1 429
Estado e outros entes públicos	14,16	1 218	-
Outros créditos a receber	17	126 265	18 006
Diferimentos	18	5	7
Caixa e depósitos bancários	19	11 803	6 561
		<b>142 355</b>	<b>38 255</b>
<b>Total do activo</b>		<b>150 637</b>	<b>42 942</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Resultados transitados		11 770	4 221
Resultado líquido do período		(30 630)	7 548
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>(18 860)</b>	<b>11 770</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	16 847	7 868
Adiantamentos de filiados		95 149	15 143
Estado e outros entes públicos	14,16	2 831	964
Outras dívidas a pagar	17	54 671	7 196
		<b>169 498</b>	<b>31 172</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>169 498</b>	<b>31 172</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>150 637</b>	<b>42 942</b>

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Núbia Filipa FERREIRA Albuquerque

A DIREÇÃO



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016



### 1. Identificação da entidade

A FPP – Federação Portuguesa de Padel é uma associação sem fins lucrativos com sede na Rua Bernardo Lima n.º 35 – 1.º D, Lisboa, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido em território nacional. A Federação Portuguesa de Padel tem por principais fins:

- a) Dirigir, organizar, regulamentar e fiscalizar a prática de Padel a nível nacional;
- b) Promover o fomento, o desenvolvimento e a difusão do Padel;
- c) Promover a formação dos agentes desportivos, desenvolvendo as necessárias ações de formação;
- d) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- e) Representar o Padel português junto das organizações desportivas internacionais onde se encontrem filiadas, bem como assegurar a participação competitiva das seleções nacionais;
- f) Obter o Estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública desportiva.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-SNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

### 3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

#### *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A utilização das quotas mínimas de depreciação, em alguns casos, deve-se ao facto da expectativa da gestão consistir na utilização desses bens por um período de vida útil superior. Consequentemente, optou por estender o período de vida útil desses bens para o máximo aceite fiscalmente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamento Administrativo

1 a 5

### *Ativos intangíveis*

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações serão calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a amortização desse activo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

### *Participações financeiras*

A rubrica "Outros investimentos financeiros" inclui as compensações para o Fundo de Compensação do Trabalho.

A mensuração e valorização das entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro (outros investimentos financeiros), mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, assumindo que o valor das unidades de participação é divulgado pela entidade gestora do fundo.

### *Imparidade dos activos*

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### *Instrumentos financeiros*

#### *i) Clientes*

A maioria das prestações de serviços é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efectivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

*ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

*Ativos e passivos contingentes*

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

*Imposto sobre o rendimento*

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor., enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

*Rédito*

O rédito proveniente das prestações de serviços apenas é reconhecido quando i) a quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

#### *Julgamentos e estimativas*

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.



## 4. Vendas e prestações de serviços




	2016		2015	
	Mercado Interno	Total	Mercado Interno	Total
<b>Prestações de serviços</b>		-	-	-
<b>Atividade Isenta</b>	<b>107 191</b>	<b>107 191</b>	<b>56 056</b>	<b>56 056</b>
Inscrições de Torneios	12 960	12 960	52 107	52 107
Taxa extra de campo	2 450	2 450	1 006	1 006
Taxa de Homologação	300	300	180	180
Curso de Juiz Arbitro	1 400	1 400	600	600
Treino Avançado	990	990	175	175
Formação Monitor/Treinador	9 750	9 750	1 975	1 975
I Simpósio Padel FPP	3 320	3 320	-	-
Inscrições de Torneios - a faturar 2017	75 685	-	-	-
Taxa cobrança IFMB	336	336	14	14
<b>Atividade n/sujeita</b>	<b>36 197</b>	<b>36 197</b>	<b>25 087</b>	<b>25 087</b>
Filiação FPP Jogador Licença	407	407	13 806	13 806
Inscrição na FEP - Licença Membro FEP	-	-	370	370
Filiação de Clube Anual	2 797	2 797	1 915	1 915
Filiação FPP Treinador Licença	60	60	443	443
Filiação FPP Juiz Arbitro Licença	30	30	20	20
Filiação de Empresa Anual	70	70	225	225
Filiação FPP - Licença Dirigente Anual	15	15	496	496
Filiação FPP - Licença Outra Nacionalidade	-	-	158	158
Renovação Licença Jogador Anual FPP	12 943	12 943	7 237	7 237
Renovação Licença Treinador Anual FPP	420	420	181	181
Renovação Licença Juiz Arbitro Anual FPP	216	216	133	133
Renovação Licença Jogador Outra Nacionalidade	379	379	83	83
Renovação Licença Dirigente Anual FPP	301	301	21	21
Filiações - a faturar em 2017	14 782	14 782	-	-
Renovações de Filiações - a faturar em 2017	3 777	3 777	-	-
<b>Atividade sujeita</b>	<b>64 637</b>	<b>64 637</b>	<b>5 667</b>	<b>5 667</b>
Taxa Produção de Cartaz Prova	41	41	41	41
Parceria M80 - Circuito FPP	-	-	1 626	1 626
Patrocínio KIA Master 2015	-	-	4 000	4 000
Patrocínio Campeonato Nacional de Padel	-	-	-	-
Protocolo MCK Motors - Circuito Kia Padel Tour 2016	15 000	15 000	-	-
Camarote WPT Lisboa Challenger	9 000	9 000	-	-
Concessão de Espaço para venda de material - WPT Lisboa Challenger	1 500	1 500	-	-
Prestações de Serviços - Clube VII - WPT Lisboa Challenger	14 846	14 846	-	-
Patrocínio Evento World Padel Tour - Lisboa Challenger	19 250	19 250	-	-
Patrocínio equipamentos da Seleção Nacional	5 000	5 000	-	-
<b>Total</b>	<b>208 025</b>	<b>208 025</b>	<b>86 810</b>	<b>86 810</b>

Ao analisar-se a evolução das prestações de serviços dever-se-á ter em conta que a FPP adota diferentes métodos na organização dos eventos com diferentes repartições de receitas. Os modelos adotados consistem nos seguintes:

- Organização 50/50, utilizada habitualmente no primeiro torneio do clube, de modo a assegurar todo auxílio ao clube na organização em conformidade com os regulamentos estabelecidos.

- b) Organização 85/15 (Cube/FPP). Neste tipo de organização o clube suporta uma maior percentagem dos gastos sendo as receitas distribuídas na percentagem de 85% para o Clube e 15% para a FPP.
- c) Organização 100% pela FPP. Esta modalidade consiste na organização integral pela FPP, sendo, de igual modo, todas as receitas afetas à FPP:

No que concerne aos gastos, estes são repartidos em conformidade com o estabelecido nos regulamentos. No entanto, dever-se-á deduzir às prestações de serviços da atividade isenta a rubrica de gastos e fornecimentos externos "inscrição em torneiros" no montante de 49.381,03 € para apurar os rendimentos gerados líquidos, podendo outros ter que ser deduzidos contudo, não é possível por parte do departamento de contabilidade expurgar os mesmos. 

## 5. Subsídios à exploração

O acréscimo significativo que se verificou na atividade desenvolvida pela Federação, durante o exercício de 2014, assim como o previsto para o exercício de 2015, conduziu a direção a uma decisão de contratar uma colaboradora a tempo inteiro para assegurar todo o trabalho de BackOffice administrativo. Para o efeito, candidatou-se à Medida Estágio Emprego tendo esta sido aprovada, por Despacho do Delegado Regional, de 26/01/2015, ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de Junho, alterada pelas Portarias n.º 375/201, de 27 de Dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de Janeiro e Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de Julho, e regulamentada pelo Despacho n.º 9841-A/2014, de 30 de Julho, que regulamenta a Medida estágios Emprego.

A candidatura foi apresentada a 23/10/2014 e foi atribuído o n.º 821500 referente a um processo de estágios que a Federação Portuguesa de Padel pretende facultar e ao qual foi atribuído o n.º 4723/EE/14, nos termos que a seguir se sintetizam:

N.º de estágios: 1

Custo total aprovado, em euros: 5.905,35

Por conseguinte, o estágio da colaboradora teve início no dia 13 de Abril de 2015, por um período de 9 meses, tendo para o efeito sido atribuído um apoio no montante total de 5.905,35 € recebido em 3 prestações.



## 6. Fornecimentos e serviços externos

	2016	2015
<b>Subcontratos</b>	<b>(3 413)</b>	<b>(1 548)</b>
<b>Serviços Especializados</b>	<b>(74 484)</b>	<b>(16 450)</b>
<i>Trabalhos especializados</i>	<i>(36 037)</i>	<i>(4 887)</i>
<i>Publicidade e propaganda</i>	<i>(14 940)</i>	<i>(1 909)</i>
<i>Honorários</i>	<i>(16 500)</i>	<i>(6 242)</i>
<i>Comissões</i>	<i>(46)</i>	-
<i>Conservação e reparação</i>	<i>(333)</i>	-
<i>Serviços bancários</i>	<i>(6 629)</i>	<i>(3 412)</i>
<b>Materiais</b>	<b>(16 234)</b>	<b>(6 302)</b>
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	<i>(11 491)</i>	<i>(5 635)</i>
<i>Livros e documentação técnica</i>	-	<i>(20)</i>
<i>Material de escritório</i>	<i>(1 247)</i>	<i>(624)</i>
<i>Material informático</i>	<i>(128)</i>	-
<i>Outros</i>	<i>(3 367)</i>	<i>(23)</i>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>(1 509)</b>	<b>(146)</b>
<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>(38 198)</b>	<b>(7 276)</b>
<b>Serviços Diversos</b>	<b>(82 373)</b>	<b>(41 708)</b>
<i>Rendas e alugueres</i>	<i>(19 055)</i>	<i>(3 784)</i>
<i>Comunicação</i>	<i>(1 158)</i>	<i>(2 945)</i>
<i>Seguros</i>	<i>(9 017)</i>	<i>(535)</i>
<i>Contencioso e notariado</i>	<i>(1 767)</i>	<i>(341)</i>
<i>Despesas de representação</i>	<i>(1 890)</i>	<i>(7 495)</i>
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	<i>(105)</i>	<i>(84)</i>
<i>Outros - Inscrições Torneios</i>	<i>(49 381)</i>	<i>(26 524)</i>
<b>Total</b>	<b>(216 211)</b>	<b>(73 429)</b>

## 7. Gastos com o pessoal

	2016	2015
Remunerações do Pessoal	(13 189)	(7 923)
Encargos sobre Remunerações	(2 664)	(1 700)
Seguros de Acidentes de Trabalho	(7)	(122)
Outros Gastos com o Pessoal - Passe	(392)	-
<b>Total</b>	<b>(16 252)</b>	<b>(9 745)</b>

O acréscimo significativo que se verificou na atividade desenvolvida pela Federação durante o exercício de 2014, assim como o previsto para o exercício de 2015, conduziu a direção a uma decisão de contratar uma colaboradora a tempo inteiro para assegurar todo o trabalho de BackOffice administrativo. Para o efeito, candidatou-se à Medida Estágio Emprego tendo esta sido deferida.

Por conseguinte, o estágio da colaboradora teve início no dia 13 de Abril de 2015, por um período de 9 meses, tendo para o efeito sido atribuído um apoio no montante total de 5.905,35 € recebido em 3 prestações.

Findo o período de estágio, celebrou-se um contrato com a colaboradora pelo que os gastos com pessoal necessariamente aumentaram.

## 8. Outros Rendimentos e Ganhos

	2016	2015
Outros Rendimentos e Ganhos	2 359	-
<b>Total</b>	<b>2 359</b>	<b>-</b>

## 9. Outros Gastos e Perdas

	2016	2015
Impostos	(830)	(27)
Correcções relativas a períodos anteriores	(337)	(1 234)
Outros Juros	(4)	(17)
Outros não especificados	(50)	-
<b>Total</b>	<b>(1 222)</b>	<b>(1 279)</b>

## 10. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	2016		2015	
	Gastos	Total	Gastos	Total
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>				
Equipamento Administrativo	(5 862)	(5 862)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(5 862)</b>	<b>(5 862)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>(5 862)</b>	<b>(5 862)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 11. Ativo fixo tangível

	Equipamento Administrativo	Total
Quantia escriturada bruta inicial	-	-
Depreciações acumuladas iniciais	-	-
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adições		
Outras	7 178	7 178
<b>Total das adições</b>	<b>7 178</b>	<b>7 178</b>
Diminuições		
Depreciações	(5 862)	(5 862)
<b>Total das diminuições</b>	<b>(5 862)</b>	<b>(5 862)</b>
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>1 317</b>	<b>1 317</b>

## 12. Ativos intangíveis

A rubrica ativos intangíveis respeita ao desenvolvimento do website fppadel.pt que ainda não se encontra, na íntegra, operacional.

O desenvolvimento do website está previsto em três fases, ainda não se tendo completado a última.

Consequentemente, apenas será sujeito a amortização após a data em que esteja disponível para ser utilizado no seu todo.

## 13. Outros investimentos financeiros

	2016			2015		
	Custo de aquisição	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Actual	Custo de aquisição	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Actual
Fundo Compensação Trabalho	65	-	65	-	-	-
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>-</b>	<b>65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Esta rubrica inclui as compensações para o Fundo de Compensação do Trabalho.

A mensuração e valorização das entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro (outros investimentos financeiros), mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, assumindo que o valor das unidades de participação é divulgado pela entidade gestora do fundo

## 14. Imposto sobre o Rendimento

As pessoas coletivas de direito privado, com sede e direção efetiva em território português, que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, sujeitos passivos de IRC, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 2.º do respetivo Código, são tribuadas neste imposto pelo seu rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos líquidos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito conforme a alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Código do IRC.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do Código do IRC a respetiva matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do art.º 54.º daquele Código, dos custos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos nos termos do art.º 54.º do mesmo diploma e dos benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções àquele rendimento.

De notar que, os rendimentos resultantes de quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios e os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, uns e outros destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários, consideraram-se não sujeitos a IRC, nos termos do n.º 3 do art.º 54.º do respetivo Código.

Não exercendo, a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o rendimento é tributado em IRC à taxa de 21.5 %, de acordo como n.º 5 do art.º 87.º do CIRCI.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Rendimentos</b>		
Atividade Isenta	107 191	56 056
Atividade n/sujeita	36 197	25 087
Atividade sujeita	64 637	5 667
	<u>208 025</u>	<u>86 810</u>
<b>Gastos</b>		
Atividade Isenta	114 392	57 232
Atividade n/sujeita	33	-
Atividade sujeita	49 436	1 757
	<u>163 861</u>	<u>58 989</u>
<b>Gastos Comuns</b>		
Atividade Isenta	38 999	15 326
Atividade n/sujeita	13 169	6 859
Atividade sujeita	23 517	1 549
	<u>75 685</u>	<u>23 734</u>
<b>Matéria Coletável</b>		
Com isenção	(46 200)	(16 502)
Regime Geral	(8 316)	2 360
Prejuízos Fiscais Dedutíveis	-	564
Prejuízos Fiscais Deduzidos	-	564
Taxa de Imposto	21,5%	21,5%
Tributações Autónomas	1 796	-
<b>Imposto Corrente</b>	<u>1 796</u>	<u>386</u>

Os gastos incorridos detalham-se da seguinte forma, por tipo de atividade desenvolvida pela Federação Portuguesa de Padel:

Natureza	Gastos Comuns	Gastos Atividade n/sujeita	Gastos Atividade isenta	Gastos Atividade sujeita	Total
Subcontratos - Cedência Pessoal Isenta Iva	1 230,00				1 230,00
Organização de Eventos de Padel			2 182,71		2 182,71
Contabilidade	1 476,00				1 476,00
Serviços de Estafetagem	57,94				57,94
Serviços Informática	3 661,15				3 661,15
Catering - WPT Challenger				12 184,40	12 184,40
Apoio Jurídico	3 382,50				3 382,50
Organização Provas - WPT Challenger				5 000,00	5 000,00
Instalações Eléctricas - WPT Challenger				883,35	883,35
Serviços Sanitários - WPT Challenger				1 500,00	1 500,00
Serviços de Fisioterapia - WPT Challenger				620,00	620,00
Transportadora	450,01				450,01
Comissionamento iva ded				3 375,00	3 375,00
Publicidade e propaganda	3 663,33				3 663,33
Publicidade - TVI - WPT Challenger				1 571,25	1 571,25
Publicidade e propaganda - WPT Challenger				9 705,25	9 705,25
Prémios Kia 2015				1 856,28	1 856,28
Prémios Open Angola Invest	993,75				993,75
Prémios Masters 2016	596,26				596,26
Honorários	16 499,85				16 499,85
Comissões - mercado nacional	12,94				12,94
Comissões de Filiações e renovações FPP - Clubes		33,00			33,00
Conservação e reparação	332,96				332,96
Serviços bancários	6 309,41			319,25	6 628,66
Outras Ferramentas			685,71		685,71
Troféus			3 298,84		3 298,84
T-shirts			2 048,27		2 048,27
Brindes - Torneios			553,50		553,50
Equipamento Desportivo			2 500,00		2 500,00
Outras ferramentas - WPT Challenger				1 552,93	1 552,93
Material de formação			505,43		505,43
Medalhas			346,46		346,46
Material de escritório	1 101,07			145,90	1 246,97
Outros - correios					0,00
Outros - materiais - WPT Challenger				3 353,12	3 353,12
Electricidade	334,43				334,43
Gasóleo			997,19		997,19
Água	307,41				307,41
Desloc. e estadas - aceites p/ tot. - Alimentação			38 068,30		38 068,30
Rendas de imóveis	6 648,03				6 648,03
Aluguer de equipamentos				1 525,00	1 525,00
Aluguer de Recintos desportivos			4 662,51		4 662,51
Aluguer Viaturas			145,31		145,31
Aluguer de Instalações - WPT Challenger				5 474,00	5 474,00
Mobiliário - WPT Challenger				350,00	350,00
Aluguer de campos	250,00				250,00
Comunicação	1 171,65				1 171,65
Seguros	0,00		9 017,08		9 017,08
Contencioso e notariado	1 766,85				1 766,85
Despesas de representação	1 890,35				1 890,35
Limpeza, higiene e conforto	84,91			20,26	105,17
Inscrições Torneios			49 381,03		49 381,03
Gastos c/Pessoal	16 251,98				16 251,98
Imobilizado - Gasto	5 861,57				5 861,57
Outros gastos e perdas	1 222,04				1 222,04
Gastos e Perdas de Financiamento				0,01	0,01
<b>Total</b>	<b>75 684,78</b>	<b>33,00</b>	<b>114 392,34</b>	<b>49 436,00</b>	<b>239 546,12</b>

**15. Filiados**

	2016		2015	
	Quantia Bruta	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Quantia escriturada líquida
<b>A receber</b>				
<90 dias	60	60	4 938	4 938
90 - 180 dias	-	-	1 035	1 035
180-360 dias	-	-	5 730	5 730
>360 dias	3 004	3 004	550	550
<b>Total</b>	<b>3 064</b>	<b>3 064</b>	<b>12 253</b>	<b>12 253</b>

✓

**16. Estado e outros entes públicos**

	2016	2015
<b>Activo</b>		
Imposto s/ Valor Acrescentado	1 218	-
<b>Total</b>	<b>1 218</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ Rendimento	1 796	386
Retenção de Imposto s/ Rendimento	376	321
Imposto s/ Valor Acrescentado	-	9
Contribuições p/ a Segurança Social	400	248
Outros	259	-
<b>Total</b>	<b>2 831</b>	<b>964</b>

A Sociedade não tem contribuições em mora para com a Segurança Social e/ou para com o Estado.



**17. Outras Contas a Receber e a Pagar**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Activo</b>		
<b>Corrente</b>		
Pessoal	-	52
Subsidio a receber	-	1 837
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	94 580	16 116
Outros	31 685	1
<b>Total</b>	<u>126 265</u>	<u>18 006</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Corrente</b>		
Pessoal	1 080	-
Credores por acréscimos de gastos	6 481	5 348
Outros	47 110	1 848
<b>Subtotal</b>	<u>54 671</u>	<u>7 196</u>
<b>Total</b>	<u>54 671</u>	<u>7 196</u>

**18. Diferimentos**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	-	7
Outros	5	-
<b>Total</b>	<u>5</u>	<u>7</u>

**19. Caixa e depósitos bancários**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	60	213
Depósitos à Ordem	11 743	6 348
	<u>11 803</u>	<u>6 561</u>

**20. Fornecedores**

	2016	2015
<b>A pagar</b>		
< 90 dias	12 404	2 947
90 - 180 dias	1 481	1 035
180 - 360 dias	2 400	3 186
> 360 dias	562	700
	<b>16 847</b>	<b>7 868</b>

**21. Data de autorização para emissão**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 2 de Julho de 2017.

Lisboa, 2 de Julho de 2017

A Contabilista Certificada

*Núcia Filipa FERREIRA Nogueira*

A Direção

*R/Sol*